



Política de Investimentos 2022

Elaborada de Acordo com o item 3.2.6 da versão 3.1 do Manual do Pró-Gestão RPPS (versão 3.2/2021)

Texto aprovado pelo Comitê de Investimentos na reunião ordinária de 13/01/2022 e pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião ordinária de 28/01/2022.



PREFEITURA DE
RIO PRETO





Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto – RIOPRETOPREV

2ª Versão – Janeiro de 2022

Edinho Araújo
Prefeito Municipal

Jair Moretti
Diretor Superintendente

Conselho Municipal de Previdência

Angelo Bevilacqua Neto – Presidente
Wilclem de Lazari Araújo – Membro Titular
Leandro Jamil Morgado – Membro Titular
Carlos Henrique de Oliveira – Membro Titular
Elias Viana dos Santos Junior – Membro Titular
Rosycarmen Pontes Gestal Alvares – Membro Titular
Andréia Peres – Membro Suplente
Sandra Regina Tobias – Membro Suplente
José Martinho Wolf Ravazzi Neto – Membro Suplente
Valter de Lucca – Membro Suplente
Greziele Matias de Paula Domingues – Membro Suplente
Adriana Rambiaolo Tonin – Membro Suplente

Conselho Fiscal

Fabiano Luís Medeiros Sanches – Presidente
Roberto Carlos Menoni Junior – Membro Titular
Daniel Henrique Martins Biot – Membro Titular
Rosimere Cleide Souza Desidério – Membro Titular
Maura Alves de Almeida – Membro Suplente
Dimas Fernandes – Membro Suplente
Victor Hugo Yamamoto – Membro Suplente
Aline Caroline Mancera de Carvalho Mendonça – Membro Suplente

Comitê de Investimentos

Patrícia Nato Toninato Bartolomei - Coordenadora

Adriano Antonio Pazianoto - Membro

Daniel Henrique Matins Biot - Membro

Hélio Antunes Rodrigues - Membro

Mário José Piccarelli de Castro - Membro

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP

Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Assinado por 5 pessoas: PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, ANGELO BEVILACQUA NETO, JAIR MORETTI, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e EDSON EDINHO COELHO ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/072B-CE66-F186-EC17> e informe o código 072B-CE66-F186-EC17



Sumário

1	Introdução.....	5
2	Definições	6
3	Gestão Previdenciária (Pró-Gestão RPPS)	6
4	Comitê de Investimentos	7
5	Consultoria de Investimentos	8
6	Diretrizes Gerais	8
7	Modelo de Gestão.....	9
8	Segregação de Massa.....	9
9	Meta de Retorno Esperado	9
10	Aderência das Metas de Rentabilidade.....	10
11	Carteira Atual	11
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	12
13	Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro.....	12
14	Alocação Objetivo	18
15	Apreçamento de ativos financeiros	19
16	Gestão de Risco.....	20
16.1	Risco de Mercado	20
16.1.1	VaR	20
16.2	Risco de Crédito.....	21
16.2.1	Abordagem Qualitativa.....	21
16.3	Risco de Liquidez.....	22
16.4	Risco Operacional.....	24
16.5	Risco de Terceirização.....	24
16.6	Risco Legal.....	25
16.7	Risco Sistêmico	25
16.8	Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	26
17	Vedações	26
18	Considerações Finais	27

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP

Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



1 Introdução

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - RIOPRETOPREV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei Complementar nº 139, de 28 de dezembro de 2001 e suas alterações. Subordina-se ainda aos ditames da Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pela RIOPRETOPREV. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos da RIOPRETOPREV na reunião ordinária do dia 13 de janeiro de 2022 e pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião ordinária do dia 28 de janeiro de 2022, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2022.

A Política de Investimentos é um dos processos estratégicos do RPPS, pois a adequada administração dos ativos é fundamental para que se assegure a sua sustentabilidade. Sua formulação representa instrumento para a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos. Seu conteúdo deve ser disponibilizado anualmente à Secretaria de Previdência por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme art. 1º da Portaria MPS nº 519/2011, art. 22 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 5º, XVI, “g” da Portaria MPS nº 204/2008.

A Política de Investimentos (ou Plano Anual de Investimentos) não se limita à obrigatoriedade de elaboração de um documento anual, mas se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.

Compõem a presente política de investimentos os seguintes elementos:

a) Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro; objetivos e diretrizes que orientam a gestão do fundo para o ano seguinte; cenários que pautam as projeções financeiras, tendo em vista os limites de enquadramento para aplicação por segmento e modalidade, definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

b) Definição das estratégias de alocação; resultados esperados das projeções financeiras; limites mínimos e máximos de enquadramento e estratégias de investimento para cada segmento de aplicação financeira.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



c) Gestão de investimentos, considerando sua estrutura, propostas de aprimoramento, critérios de credenciamento para escolha das instituições financeiras e dos produtos financeiros onde os recursos do RPPS serão aplicados.

2 Definições

Ente Federativo: **Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo**

Unidade Gestora: **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - RIOPRETOPREV**

CNPJ: **04.841.899/0001-26**

Meta de Retorno Esperada: **IPCA + 4,85% a.a.**

Categoria do Investidor: **Qualificado**

3 Gestão Previdenciária (Pró-Gestão RPPS)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS nº 185/15 e alterações, e o Manual do Pró-Gestão versão 3.2/2021, tem por objetivo incentivar a RIOPRETOPREV a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garante que os envolvidos no processo decisório da RIOPRETOPREV cumpram seus códigos de conduta pré-estabelecidos a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Municipal de Previdência, o órgão superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Regime Próprio de Previdência, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP

Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 519/11 e posteriores alterações, combinado com a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018, em seu artigo 9º, que alterou a composição e os termos de funcionamento do Comitê de Investimentos da RIOPRETOPREV, o Comitê de Investimento, desde a publicação da norma, é composto por 5 (cinco) membros, sendo que 4 (quatro) são indicados pelo Conselho Municipal de Previdência, e 1 (um), membro nato, é o servidor ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão da Gestão de Recursos e Apoio ao Comitê de Investimentos.

Os membros se reunirão e deliberarão nos termos do regulamento próprio: o Regimento Interno, elaborado pelo próprio Comitê e aprovado pelo Conselho Municipal de Previdência. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Municipal de Previdência. Podem participar das atividades do Comitê de Investimentos especialistas externos para auxiliar em decisões complexas ou de volumes representativos.

Todos os membros do Comitê de Investimentos devem ser aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo estabelecido no anexo da Portaria MPS nº 519/2011, e que contemple módulos que permitam atestar a compreensão das atividades relacionadas à negociação de produtos de investimentos. Os membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

Tipo de Certificação Profissional	Certificação mínima exigida	Quantidade de membros certificados atual
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 10	04	02
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 20	01	02
Certificação de Especialista em Investimento ANBIMA: CEA	00	01

A RIOPRETOPREV deve sempre atentar para a data de vencimento das certificações, pois se a maioria do Comitê de Investimentos não estiver certificada restará inviabilizada a emissão de novo Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos, contratada nos termos da lei geral de licitações, terá a função de prestar assessoramento à gestão dos recursos, conforme estabelecido em contrato, bem como auxiliar a RIOPRETOPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

5.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;

5.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

5.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no art. 18, III, “a” da Resolução CMN nº 3.922/10: Art. 18. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço.

6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos da RIOPRETOPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor retroagindo efeitos em 03 de janeiro de 2022. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2022.

A política atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.963/2021 e ao disposto na Portaria MPS nº 519/11 e alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apuração dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021.

Havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses da RIOPRETOPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, a RIOPRETOPREV deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos da RIOPRETOPREV, de acordo com o Artigo 3º, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações, será própria, ou seja, a RIOPRETOPREV realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

8 Segregação de Massa

A RIOPRETOPREV não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2022 a RIOPRETOPREV prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 4,85% a.a.

A escolha do IPCA justifica-se devido ao fato de ser o índice de medida da inflação oficial no Brasil, que tem a melhor metodologia de cálculo, subsidiando a verificação do valor real do patrimônio financeiro com a sua adição ao juro nominal.

Conforme determina a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, a taxa de desconto

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



atuarial efetiva máxima real admitida nas projeções atuariais será a resultante do disposto no Art. 26, conforme:

Art. 26. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:

I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e

II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Considerando os Fluxos Atuariais do Plano de Benefícios do Município de São José do Rio Preto/SP para cálculo da duração do passivo, em função dos resultados da Avaliação Atuarial 2021, **obteve-se o valor de 16,28 anos.**

A Portaria SPREV nº 6.132, de 25 de maio de 2021, define a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, e apresentou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média em seu Anexo I.

Assim, considerando a duração do passivo de 16,28, a taxa de juros referencial, segundo a Portaria nº 6.132/2021, é 4,85%.

Logo, para definição da taxa de juros real a ser utilizada para composição da meta atuarial, deve-se observar o menor valor entre a taxa de 4,85% e o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS.

Adotamos a taxa de juros real de 4,85%a.a. por ser a taxa referencial fixada pela Portaria nº 6.132/2021, ainda que diante da possível recuperação da economia no exercício de 2022, seja factível obter rendimento superior à meta fixada.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos ainda que a meta atuarial assumida pela RIOPRETOPREV nos últimos três anos atingiu os percentuais abaixo:

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



- 2018: 9,92% (IPCA+6%a.a.):
- 2019: 10,59% (IPCA+6%a.a.):
- 2020: 10,65% (IPCA+5,89%a.a.):
- Acumulado 2018-2020: 34,50%

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos está aderente à meta de rentabilidade escolhida, conforme o histórico abaixo:

- 2018: 6,48%
- 2019: 18,15%
- 2020: 6,38%
- Acumulado 2018-2020: 33,83%

O ativo do plano se comportou da seguinte forma nos últimos três anos:

Ano da base de dados da Avaliação Atuarial	Valor do Ativo Líquido - R\$
2018	577.528.504,81
2019	622.301.647,35
2020	699.368.507,54
Variação do Ativo no período	21,09%

Já o passivo atuarial do RPPS teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Ano da base de dados da Avaliação Atuarial	Valor do Passivo Atuarial - R\$
2018	1.577.309.593,10
2019	1.427.367.652,04
2020	1.563.720.523,81
Variação Total no período	-0,01%

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/12/2021.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN Nº 3.992/11)	LIMITE PRÓ- GESTÃO Nível II	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	100%	64,75%
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	40%	25,52%
Investimentos no Exterior	10%	10%	9,73 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla da RIOPRETOPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- ✓ A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- ✓ Os respectivos limites de diversificação e concentração.

13 Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro

13.1 Retrospectiva Macroeconômica

Na África do Sul e sobre a pandemia, o final de novembro trouxe a descoberta de uma nova cepa do Coronavírus, a Ômicron, sendo classificada pela OMS como “variante de preocupação”, por conta do alto número de mutações e elevado potencial de contágio. Essa descoberta trouxe grande volatilidade aos mercados, devido à maior possibilidade de fechamento de economias, em especial no leste europeu e na Alemanha, já previamente e ainda hoje bem castigados pela variante Delta, provocando queda nos mercados de renda variável pelo mundo afora.

Passado pouco mais de duas semanas, e com melhor entendimento sobre a gravidade que a nova cepa representa, autoridades locais nos EUA e na Europa informaram que todos os casos notificados foram classificados como assintomáticos ou leves, demonstrando a eficácia das atuais vacinas. É certo que a cautela continuará sendo observada até que a pandemia seja debelada, mas, os

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP

Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



mercados vem absorvendo as últimas notícias de forma positiva. Fica reforçada a mensagem da OMS de que o mundo como um todo precisa ser imunizado, sob um maior risco do surgimento de novas cepas.

Até o presente momento continuamos observando um crescente avanço de programas de vacinação e, ainda que haja pelo mundo alguns pontos de aumento do número de contágios e de mortes, com justificada apreensão, em linhas gerais a dinâmica de contenção da pandemia vem se comportando de forma positiva.

MERCADOS INTERNACIONAIS

Adicionando o evento Ômicron, e um menor potencial de crescimento na China, previamente e de forma relevante os mercados continuavam observando uma aceleração inflacionária global, com atenção concentrada nos próximos movimentos do Fed, especialmente após o anúncio de redução do “tapering”, e, uma sinalização mais segura sobre quando se daria uma elevação de taxa de juros no mercado americano.

Em novembro a inflação continuou sendo o principal tema dos mercados globais, principalmente nos desenvolvidos, com a tese de que se tratava de um fenômeno transitório sendo desafiado, o que continuou alimentando temores de que Fed adotaria uma política monetária mais restritiva para o ano que vem. Por conta disso, a parte mais curta da curva de juros das treasuries fechou o mês embutindo três altas de juros em 2022. Já o mercado acionário internacional acabou sofrendo um pouco mais com temores ligados à descoberta da nova cepa do Coronavírus, a Ômicron, com destaque negativo para as bolsas de Hong Kong (-7,7%) e de Istambul (-13,7%).

Assim, destacando o mal desempenho de alguns importantes índices de bolsa internacionais, o MSCI ACWI apresentou queda de -2,51% e o S&P 500 de -0,83%, ambos em “moeda original”, ou seja, considerando apenas a performance dos índices estrangeiros sem a variação cambial.

Considerando esses mesmos índices, mas, agora com exposição cambial, o MSCI ACWI caiu -2,91% e S&P 500 caiu -1,24%, puxados também pela valorização do Real frente ao Dólar em +0,41%.

Nos EUA, e já em Dezembro, os dados de pedidos de seguro-desemprego divulgados na última quinta-feira mostraram que a recuperação do mercado de trabalho continua forte. O Departamento do Trabalho americano informou que os pedidos iniciais de seguro-desemprego totalizaram 184 mil, abaixo dos 211 mil estimados por economistas ouvidos pela Dow Jones, sendo a menor leitura desde 1969. Olhando para a inflação, a taxa anual chegou a 6,8% em novembro, sendo a maior alta desde 1982. O presidente do Fed, Jerome Powell, sugeriu que o BC americano poderia encerrar o programa de compra de títulos de US\$120 bilhões mensais antes do prazo atual, que é de junho de 2022.

Na China o índice de preços ao produtor da China (PPI) aumentou 12,9% em novembro, de 13,5% em outubro. O aumento dos custos dos alimentos foi o grande destaque com alta de 1,6% nos

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



últimos doze meses e de 2,4% em relação a outubro, impulsionado por uma elevação de 30,6% no preço dos vegetais frescos em relação ao ano anterior, ante um aumento de 15,9% em outubro. Por outro lado, o preço da carne suína, um alimento básico nos pratos chineses, caiu 32,7% em comparação com novembro do ano anterior.

Na Europa, a inflação dos preços ao consumidor na zona do euro atingiu em novembro a maior alta em 25 anos. A inflação plena ficou em 4,9% no mês, em comparação com o mesmo período de 2020. Essa taxa veio acima da previsão e maior que a registrada no mês anterior, que foi de 4,1%. Os preços ao consumidor foram mais uma vez pressionados pelos custos mais altos da energia e problemas relacionados com a cadeia de abastecimento.

Além do Fed, o Banco do Japão, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Europeu também devem tomar decisões sobre taxa de juros, em que pese as respectivas dinâmicas de inflação e de atividade econômica. Por conta do nível de discussões e de diferentes dinâmicas de recuperação, considerando ainda riscos inflacionários globais e um menor crescimento na China, o PIB Global ainda tende a apresentar bom crescimento em 2021 e em 2022, face aos estímulos já previamente implementados e maior abertura dos mercados nas principais economias do mundo. Assim, o mercado internacional continua apresentando um cenário relativamente mais favorável e menos desafiador que o mercado local, e, ainda que esteja valorizado, em especial o mercado americano.

BRASIL

Agregando o risco internacional, a tensão com a dinâmica inflacionária e dúvidas fiscais mais acentuadas, além do constante ruído político entre os três poderes, novembro acabou sendo positivo para renda fixa e negativo para renda variável, nesse último mercado, mais ou menos em linha com a queda observada no mercado internacional.

Após um mês de outubro muito ruim para renda fixa, em especial para os vencimentos mais longos, em novembro houve uma certa acomodação dos prêmios da curva de juros, com o vencimento Jan/25 chegando a recuar mais de 60 pontos-base em meados de novembro. O alívio veio pelo avanço da tramitação da PEC dos precatórios, com o fatiamento das matérias. Apesar de ser uma sinalização inicialmente tida como ruim, por fundamento é, a PEC dos precatórios ao menos coloca um limite nos gastos do governo para 2022, e, o “menos ruim” aqui passou a ser tido como bom. Dito de outra forma, a possível limitação para um cenário ruim foi recebida como notícia boa, e isso fez com que o mercado respirasse um pouco mais aliviado em novembro.

As idas e vindas da PEC dos precatórios no Congresso foi, portanto, o fator preponderante para o movimento de queda das taxas de juros em novembro. Adicionalmente, a nova variante do coronavírus, a Ômicron, fez com que os mercados aumentassem a probabilidade de uma nova recessão global, o que também empurrou as taxas de juros para baixo. Os prefixados Jan/23 e Jan/25

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



fecharam com queda, respectivamente, de 52 e 94 pontos-base, enquanto os cupons das NTN-B 2024 e 2050 fecharam com queda de 43 e 20 pontos-base, respectivamente, incrementando os ganhos nos vencimentos mais longos.

Desse modo, os indicadores de renda fixa com exposição mais longa apresentaram retornos mais positivos, a exemplo do IDkA IPCA 20A (+6,09%), do IMA-B5+ (+4,47%) e do IMA-B (+3,47%), dentre outros. Na contramão, o mercado de renda variável, também afetado por eventos internacionais e discussões políticas locais, principalmente por maiores dúvidas no âmbito fiscal, apresentou mais um mês com retornos negativos, mais ou menos em linha com o mercado internacional. Assim, salvo o IDIV, com retorno positivo de 0,89%, os demais índices de aqui acompanhados apresentaram queda, a exemplo do IFIX, com queda de 3,64%, seguido pelo SMLL (-2,29%), IVBX-2 (-2,08%) e do Ibovespa (-1,53%), dentre outros.

Finalizando aqui os comentários sobre a PEC do Precatórios, e ainda com algumas idas e vindas, a promulgação parcial da PEC contemplará a mudança no índice de correção do teto de gastos, que abrirá o espaço fiscal para acomodar os gastos com o Auxílio Brasil, mas um dos pontos que não terá a promulgação imediata é a criação do subteto para pagamento de precatórios. Essa regra precisará voltar para análise da Câmara, devido às modificações que sofreu no Senado, assim como a vinculação do espaço fiscal aberto aos gastos sociais.

Em termos de política monetária, em sua última reunião, encerrada em 08.12.2021, e focando o combate à escalada inflacionária, o Copom elevou a taxa Selic em 1,50%, de 7,75% para 9,25% a.a., em linha com a expectativa majoritária de mercado.

Para a próxima reunião do Copom, já agendada para os dias 1º e 2º de fevereiro, o comitê também já adiantou mais uma alta de 1,50%, onde iríamos dos atuais 9,25% para 10,75% ao final de 2021, se tudo o mais constante. Vale ressaltar que, a exemplo de 2020, e considerando a inflação acumulada nos últimos 12 meses até novembro, teremos a confirmação de mais um ano encerrado com taxas reais negativas.

Por falar em inflação, o IBGE divulgou o IPCA de novembro, que ficou em 0,95%, acumulando alta de 9,26% no ano. No mês, o índice veio abaixo da expectativa de mercado, que era de 1,08%, mas, de qualquer forma, vale apontar que este é o maior índice para o mês de novembro desde 2015. Assim, o IPCA acumulado nos últimos 12 meses ficou em 10,74%, a maior taxa desde novembro de 1993. Sete dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em novembro. O destaque de alta novamente ficou para transportes, com alta de 3,35%, por conta dos combustíveis, seguido pela alta nos preços de habitação (1,03%) e despesas pessoais (0,57%).

A exemplo do que temos comentado acerca dos prêmios trazidos pelas NTB-s, ainda que relativamente menores, se comparados ao mês anterior, e, ainda se considerarmos que para o ano que

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



vem a SPREV limitou a meta atuarial para uma taxa real de 5,04%, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, pode auxiliar numa “ancoragem de rentabilidade” próxima ou mesmo ainda acima da meta atuarial do RPPS, bem como, pode contribuir proporcionalmente para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo.

Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETJT” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 09.12.2021, a taxa de juros real com vencimento para nove anos apresentava taxa de retorno estimada em 5,06% a.a., um pouco acima do limite de meta atuarial proposta pela SPREV para o ano de 2022, que é de 5,04%. Comparativamente, em 09.10.2021 essa mesma taxa estava em 5,20% a.a.

Posto isso, e tentando destacar alguns pontos relevantes, a evolução do programa nacional de vacinação contra a Covid-19 tem sido positiva. Sobre o mercado de trabalho e de acordo com a PNAD, divulgado pelo IBGE em 30.11.2021, o nível de desemprego está menor, em torno de 12,6%, ante os 12,7% esperados pelo mercado, mas, de qualquer forma, o desemprego ainda afeta 13,5 milhões de pessoas.

Também no campo de riscos e de atenção, uma potencial crise na geração de energia elétrica vem sendo mitigada, mas, ainda temos queda de expectativas no PIB, um aumento de preocupação fiscal em ano pré-eleitoral, dos constantes e crescentes ruídos políticos, possíveis desdobramentos que podem ser trazidos pela CPI da Covid-19, e a necessidade de discussão e aprovação de importantes e consistentes reformas, tais como a reforma tributária e a administrativa, que tendem a ser discutidas e aprovadas somente após as eleições de outubro de 2022, aumentando o nível de atenção por aqui. (Texto extraído e adaptado do Relatório Macroeconômico da LDB Consultoria de Dez/2021 – 13.12.2021)

13.2 Relatório Focus

Analisando o Relatório de Mercado Focus do dia 31 de dezembro de 2021, temos que para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), as projeções para 2021 caíram de 10,02% para 10,01%, queda pela quarta semana, após 35 semanas de alta. Para 2022, a previsão para o IPCA permaneceu em 5,03%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,41% ante 3,38% na semana anterior e o índice permaneceu em 3,00% nas projeções para 2024.

A projeção para a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) saiu de 4,51% para 4,50% este ano. Para 2022, a estimativa caiu de 0,42% para 0,36%, permaneceu em 1,80% em 2023 e para 2024 em 2,00%.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar em 2022 permaneceu em R\$ 5,60. Em 2023 e 2024 permaneceu em R\$5,40 e R\$ 5,30, respectivamente.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



A taxa básica de juros, Selic, de 2021 fechou o ano em 9,25% e a projeção para 2022 permaneceu em 11,50%. Para 2023 se manteve em 8,00% e 7,00% para 2024.

Expectativas de Mercado												
31 de dezembro de 2021												
Mediana - Agregado												
	2021	2022	2023	2024								
	H4 4	H4 1	H4 1	H4 1	H4 4	H4 1	H4 1	H4 1	H4 4	H4 1	H4 1	H4 1
	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
IPCA (variação %)	10,18	10,02	10,02	10,02	10,18	10,02	10,02	10,02	10,18	10,02	10,02	10,02
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	4,71	4,51	4,58	4,75	4,71	4,51	4,58	4,75	4,71	4,51	4,58	4,75
Câmbio (R\$/US\$)	5,16	5,63	5,63	5,63	5,16	5,63	5,63	5,63	5,16	5,63	5,63	5,63
Selic (% a.a.)	9,25	11,50	11,50	8,00	9,25	11,50	11,50	8,00	9,25	11,50	11,50	8,00
ICP-PI (variação %)	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47	17,47
IPCA-Administrado (variação %)	17,01	17,17	17,17	17,17	17,01	17,17	17,17	17,17	17,01	17,17	17,17	17,17
Conta corrente (US\$ bilhões)	14,10	20,00	20,00	20,00	14,10	20,00	20,00	20,00	14,10	20,00	20,00	20,00
Balança comercial (US\$ bilhões)	40,10	39,15	39,15	39,15	40,10	39,15	39,15	39,15	40,10	39,15	39,15	39,15
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	50,00	52,00	52,00	52,00	50,00	52,00	52,00	52,00	50,00	52,00	52,00	52,00
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34
Resultado primário (% do PIB)	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46	-0,46
Resultado nominal (% do PIB)	-0,79	-0,66	-0,66	-0,66	-0,79	-0,66	-0,66	-0,66	-0,79	-0,66	-0,66	-0,66

13.3 Perspectiva

Com relação as expectativas quanto ao Brasil, seguimos acompanhando a eficiência no processo de imunização e acompanhando as decisões do Banco Central com relação a política monetária, que indica seguir contracionista, tendo em vista o crescimento da inflação, que segue pressionando os preços ao consumidor e os estímulos na economia, que indicam continuidade na elevação da taxa básica de juros.

Segue também no radar a aprovação de reformas e a intensidade na sua elaboração, bem como o quadro fiscal, grave endividamento e teto de gastos, pois caso aconteça desajuste fiscal gerando a desconfiança no investidor estrangeiro poderia gerar também um aumento brusco na taxa de juros e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para o atual momento da economia.

Com todas as oscilações do mercado, as expectativas seguem o plano de vacinação contra o Covid-19 e a pauta de reformas sem definição pelo governo, sugerindo cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo e aguardando uma queda na volatilidade dos ativos e seguindo com um acompanhamento diário do cenário.

Em relação às expectativas internacionais, segue no radar o aumento dos casos da COVID-19 em países europeus, onde já apresentam medidas restritivas para o comércio. Porém, a vacinação no mundo continua crescendo, o que acaba impactando positivamente o cenário voltado à pandemia.

Monitoramos também a aceleração inflacionária global, que já é responsável pelo início de medidas contracionistas nos EUA. O Fed já sinaliza redução dos estímulos monetários e possível elevação da taxa de juros no mercado americano.

Dessa forma, apesar do menor crescimento da China em relação às expectativas anteriores, as perspectivas para o exterior ainda são de crescimento do PIB global. Em paralelo, identificamos uma maior pressão inflacionária, que pode elevar os juros globais. Entretanto, o mercado internacional ainda apresenta um cenário mais favorável do que o local.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Pró Gestão Nível II	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	100%	0,00%	20,00%	40,00%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos	100%	100%	10,00%	21,40 %	70,00%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos	100%	100%	0,00%	0,00%	40,00%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	5%	0,00%	0,00%	5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa	60%	70%	0,00%	20,00%	70,00%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa	60%	70%	0,00%	0,00%	70,00%	Art. 7º, III, "b"
Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)	20%	20%	0,00%	0,00%	20,00%	Art. 7º, IV
Cota Sênior de FIDC	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, V, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	10%	0,00%	0,60%	5,00%	Art. 7º, V, "b"
Fundo de Debêntures Incentivadas	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, V, "c"
Fundos de Ações	30%	40%	0,00%	16,00%	40,00%	Art. 8º, I
Fundos de Índices de Ações	30%	40%	0,00%	0,00%	40,00%	Art. 8º, II
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	10%	0,00%	0,00%	2,00%	Art. 9º, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0,00%	4,00%	10,00%	Art. 9º, II

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Pró Gestão Nível II	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Ações - BDR Nível I	10%	10%	0,00%	6,00%	10,00%	Art. 9º, III
Fundos Multimercados	10%	10%	0,00%	9,00%	10,00%	Art. 10, I
Fundos de Participações	5%	5%	0,00%	3,00%	5,00%	Art. 10, II
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	5%	0,00%	0,00%	2,00%	Art. 10, III
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 11
Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão	5%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	Art. 12, I
Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão	10%	10%	0,00%	0,00%	0,00%	Art. 12, II
				100,00%		

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais a RIOPRETOPREV aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela RIOPRETOPREV são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ da RIOPRETOPREV no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Como a RIOPRETOPREV efetuou o Estudo de *ALM*, é imprescindível que os títulos públicos sejam marcados na curva.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

A RIOPRETOPREV poderá editar, seguindo o mesmo método de aprovação para a política de investimentos, manual complementar ou política complementar de gestão de riscos, documento este anual e que será divulgado da mesma forma que a política de investimentos, sem prejuízo das disposições aqui realizadas.

Por fim, a Divisão de Gestão de Recursos e Apoio ao Comitê de Investimentos é a área específica dentro da RIOPRETOPREV com a função de acompanhar e monitorar continuamente os riscos de todas as posições dos recursos investidos, do cumprimento dos indicadores definidos por segmento e alocação e produto, de análise diário do comportamento do mercado e dos investimentos da entidade. Os relatórios com os indicadores citados deverão ser avaliados pelo Comitê de Investimentos.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.1 VaR

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo da RIOPRETOPREV controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %
Investimentos no Exterior	20 %
Investimentos Estruturados	20%
Fundos Imobiliários	20%
Empréstimos Consignados	<i>não se aplica</i>

16.2 Risco de Crédito

16.2.1 Abordagem Qualitativa

A RIOPRETOPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil, quando do processo de credenciamento da instituição e do fundo objeto de aplicação, o qual deverá passar por análise prévia da Consultoria de Investimentos.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	<i>brBBB-</i>	<i>brBBB-</i>	<i>brBBB-</i>
Moody's	<i>Baa3.br</i>	<i>Baa3.br</i>	<i>Baa3.br</i>
Fitch Ratings	<i>BBB-(bra)</i>	<i>BBB-(bra)</i>	<i>BBB-(bra)</i>
SR Ratings	<i>brA</i>	<i>brA</i>	<i>brA</i>
Austin Rating	<i>brAA</i>	<i>brAA</i>	<i>brAA</i>

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- ✓ O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

Durante o processo de atualização de credenciamento dos fundos, se for verificado algum desenquadramento dos ativos com relação aos ratings estipulados no corte desta P.I., o Comitê de Investimentos analisará o caso em questão, levando em consideração o volume dos recursos e o tipo de fundo ao qual o recurso pertence e verificará se haverá necessidade de desinvestimento, encaminhando as medidas deliberadas para referendo do Conselho Municipal de Previdência.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3 Risco de Liquidez

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- a) **Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- b) **Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos:

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

A RIOPRETOPREV realizou, em 28 de abril de 2021, o estudo de ALM – Asset Liability Management, com base na posição dos ativos em 31/03/2021 e com dados e perspectivas macroeconômicas do início da retomada das atividades ainda em cenário de pandemia do COVID-19. Por isso, a RIOPRETOPREV optou por iniciar o processo de adequação da carteira ao estudo de ALM de forma gradual, tendo em vista a alta volatilidade dos ativos e as grandes incertezas.

Contudo, a carteira de investimentos da RIOPRETOPREV apresenta uma ótima liquidez, conforme podemos ver na tabela abaixo, cuja base é 31/12/2021:

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acumulado
de 0 a 30 dias	296.333.954,52	73,96	296.333.954,52	73,96
de 31 a 364 dias	16.153.416,67	4,03	312.487.371,19	77,99
acima de 365 dias	88.192.703,77	22,01	400.680.074,96	100,00

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	50%
De 30 dias a 365 dias	0%

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Acima de 365 dias	0%
-------------------	----

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

A RIOPRETOPREV foi certificada com o Nível II do Programa de Modernização PRÓ GESTÃO RPPS em 10 de junho de 2019. Foram realizadas alterações estruturais na entidade por meio da Lei Complementar nº 566/2018. Foram editados manuais de controles de alçada decisória, código de ética e conduta, bem como de segurança da informação. Tanto o processo decisório de investimentos quanto os procedimentos para realização da reunião do comitê de investimentos e para aprovação da política de investimentos encontram-se mapeados e manualizados. As atividades financeiro-administrativas são segregadas das atividades de investimentos, conforme determinam as melhores práticas de gestão.

16.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros existe a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MPS nº 519/11 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

A entidade conta com procedimento próprio de credenciamento no qual observa os parâmetros mínimos citados acima.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos da RIOPRETOPREV;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



16.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

No transcorrer do período em que esta P.I. estiver em vigência há a possibilidade de ocorrência de desenquadramento passivo, quando um limite é suplantado em função de acontecimentos que independem da vontade ou da ação dos gestores da RIOPRETOPREV. Como exemplos típicos pode-se citar (i) um segmento, onde há recursos aplicados, tem uma performance extraordinária, levando o valor aplicado (no segmento) para além de seu limite; (ii) quando um investidor realiza um resgate determinando uma situação para outros investidores, que ficam com os recursos aplicados, acima do permitido pela legislação em vigor. O desenquadramento passivo pode ocorrer em relação aos limites que devem ser observados tanto na proporção do PL do fundo, quanto na proporção do PL do Instituto.

Neste caso, o servidor da RIOPRETOPREV responsável por acompanhar os eventuais desenquadramentos deverá tratar caso a caso:

- ✓ Verificar e detalhar a ocorrência, informando em relatório próprio os dados que identifiquem corretamente a situação:
 - Fundo(s) no qual a ocorrência foi observada;
 - Magnitude do(s) evento(s);
 - Sugestões para o reenquadramento.
- ✓ Convocar ou solicitar a convocação do Comitê de Investimento para dar ciência da ocorrência e analisar as sugestões de reenquadramento;
- ✓ Dar procedimento às alterações e medidas deliberadas para que elas sejam devidamente implementadas dentro do prazo estabelecido pela Resolução CMN nº 4.963/2021;
- ✓ Informar ao Conselho Municipal de Previdência as decisões e procedimentos, devidamente justificadas e fundamentadas, para referendo.

17 Vedações

O Comitê de Investimentos não pode aplicar em gestores que tenham sob gestão, segundo o ranking Anbima, volume de recursos menor do que R\$ 6 bilhões, exceto se obtiver aprovação prévia

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
 Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



do Conselho Municipal de Previdência.

18 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio de publicação em diário oficial do município. Dada sua relevância, a política de investimentos e os relatórios de acompanhamento dos resultados deverão ser disponibilizados no site do RPPS, a fim de conferir maior transparência ao processo, permitindo a consulta por qualquer interessado.

Além disso, o Regime Próprio deverá elaborar relatórios mensais, acompanhados de parecer do comitê de investimentos e aprovação do Conselho fiscal, de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à política de investimentos.

Ademais, o Comitê de Investimentos deverá elaborar: plano de ação mensal com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos; elaborar relatórios mensais de diligências de verificação de lastros relativos aos títulos ou a papéis incluídos em operações estruturadas adquiridas por meio de veículos de investimentos; e de acompanhamento sistemático da situação patrimonial, fiscal, comercial e jurídica das instituições investidas.

A entidade deverá ainda realizar e utilizar do Asset Liability Management – ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando a otimização da carteira de investimentos. Por fim, deverá elaborar relatório de acompanhamento e implementação das estratégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.

Por fim, de acordo com o parágrafo 3º, do Art. 1º, da Portaria nº 519/11, O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

São José do Rio Preto, 28 de janeiro de 2022.

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



Aprovada pelo Comitê de Investimentos na reunião ordinária de 13/01/2022:

(assinatura digital)

Patrícia Nato Toninato Bartolomei
Coordenadora do Comitê de Investimentos

Aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião ordinária de 28/01/2022:

(assinatura digital)

ANGELO BEVILACQUA NETO
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

Ratificada pela Diretoria em 28/01/2022:

(assinatura digital)

JAIR MORETTI
Diretor Superintendente

(assinatura digital)

ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Diretor Executivo

Representante do Ente Federativo:

(assinatura digital)

EDINHO ARAÚJO
Prefeito Municipal

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br





**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 072B-CE66-F186-EC17

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI** (CPF 326.XXX.XXX-02) em 28/01/2022 16:24:34 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ANGELO BEVILACQUA NETO** (CPF 736.XXX.XXX-72) em 28/01/2022 16:55:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **JAIR MORETTI** (CPF 275.XXX.XXX-04) em 28/01/2022 16:55:55 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO** (CPF 327.XXX.XXX-48) em 31/01/2022 13:53:20 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **EDSON EDINHO COELHO ARAUJO** (CPF 496.XXX.XXX-04) em 31/01/2022 14:06:45 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/072B-CE66-F186-EC17>